

Resenhas

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.), **A filosofia analítica no Brasil**.
Campinas, Papirus, 1995, 250 p.

*Bento Itamar Borges**

"Ludwig Wittgenstein é um cabeça oca"(p.48). Esta afirmação poderia ter sido feita por um neuro-cirurgião que, seguindo a suposição do próprio Wittgenstein, houvesse feito uma operação no crânio do filósofo. Em **Sobre a certeza (Über Gewissheit)**, Wittgenstein apresenta objeções aparentemente descabidas e esdrúxulas às idéias de Moore, que saiu em defesa do senso-comum. Diz Wittgenstein: "(...)Mas que pensar de uma proposição como: 'Sei que tenho um cérebro'? Posso pô-la em dúvida? Tudo é a seu favor, nada contra. Contudo, pode imaginar-se que o meu crânio aparecesse vazio quando fosse operado." (Prop.4)

Se Moore se compromete com a existência de proposições auto-evidentes, que podem ser apreendidas intuitivamente, embora não possam ser provadas, é o assunto do segundo artigo desta coletânea, intitulado "A importância do senso-comum", de Mário A. L. Guerreiro. Tanto Moore, em 1925, quanto Guerreiro, em 1995, estão defendendo algumas certezas do senso-comum e da filosofia do senso-comum contra certos absurdos, que se constroem justamente onde o pensamento sofisticado efetuou uma ruptura radical com o senso-comum. Após analisar objeções ao projeto de Moore, o artigo de Guerreiro conclui secamente com esta elegante profissão de fé: "De qualquer modo, não estamos dispostos a renunciar à certeza de que temos duas mãos com cinco dedos em cada uma. Se alguém tem alguma dúvida quanto a isto, pode se aproximar e verificar que minhas mãos não são de matéria plástica nem de madeira."(p.49)

.....

É difícil criticar uma coletânea de artigos que foram antes proferidos como palestras em um congresso. Neste caso, o II Encontro de Filosofia

* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

Análítica, promovido pela PUCCAMP, em 1993. Uma avaliação do texto editado implicaria considerar o evento, o que poderia redundar numa crítica insuficientemente fundada. Mesmo que levássemos em conta o critério da seleção dos artigos, nada poderíamos dizer sobre a exclusão de parte do material. Quanto ao livro que temos em mãos, organizado por Maria C. M. De Carvalho, transparece um critério externo, que é a titulação, pois todos os autores são doutores em filosofia. Muitos deles são bastante conhecidos dos estudantes de filosofia e, para não ser injusto com ninguém, eis a lista completa: Alberto Cupani, Alberto Oliva, Cláudio de Almeida, Danilo Marcondes, João de Femandes Teixeira, João Paulo Monteiro, Karl Acham, Luiz Henrique Dutra, Nelson Gomes, o já citado Mário Guerreiro e a organizadora, que também apresenta um artigo. Sem dúvida, são todos qualificados e os temas são relevantes e adequados como boa amostra da “tradição analítica na filosofia”, “que se traduz pela busca de clareza conceitual”, conforme adianta o prefácio(p.7-8).

Os doze artigos passam por temas clássicos dessa cruzada pela clareza, tais como as certezas do senso-comum, a observabilidade, a justificação de normas morais, o ceticismo, teorias da consciência etc. Não há na filosofia analítica restrições de temas; estes podem vir da epistemologia, da semântica, da filosofia da ciência e outras diversas disciplinas. Além dos objetivos “terapêuticos” do filósofo analítico, também a história da filosofia ganha com a leitura dessa coletânea, pois muitas discussões extremamente importantes tiveram contextos culturais, inclusive acadêmicos, que devem ser explicitados. Por exemplo, a contraposição de Moore às teses neo-hegelianas, no citado artigo de Guerreiro, surge de uma certa irritação com teses contrárias ao bom-senso e à reflexão. Autores clássicos são revisitados, como Hume, Neurath e Carnap. Autores mais recentes como Strawson, Russell, Popper, Kuhn e Apel estão presentes, inclusive em suas conhecidas querelas, como é o caso dos embates entre Popper e Kuhn, Neurath e Popper, Apel e Hans Albert. Nomes menos conhecidos do público, mesmo no circuito universitário, como Van Fraassen e Marcus G. Singer, têm suas posições epistemológicas e éticas, respectivamente, analisadas e, ao que parece, refutadas.

Antes de prosseguirmos com indicações de conteúdo, porho uma pergunta intrigante: o que significa o advérbio de lugar “**no Brasil**” que compõe o título? Um dos articulistas, Karl Acham, é professor na Áustria e, certamente estrangeiro, embora não haja referências à tradução de seu artigo. Tanto faz; a bibliografia é quase exclusivamente estrangeira e em língua estrangeira. Os

pouquíssimos títulos em português, menos de meia dúzia, são em geral as teses dos próprios autores, antes de irem para Essex ou Munique. Os doze autores não citam nem seus “compadres intelectuais” brasileiros; assim, Danilo Marcondes não cita Mário Guerreiro, nem Guerreiro cita Cupani, nem este cita João de Fernandes Teixeira e assim por diante. O único brasileiro que cada um cita, quando o faz, é a si mesmo. Ora, será que não havia até 1993 nada feito no país que merecesse ser citado? Pelo menos desde 1983 têm ocorrido colóquios sobre filosofia analítica, como aqueles entre cariocas e gaúchos, sendo que estes até editaram uma revista, **Aquiles**, inspirada na pioneira revista **Analysis**, da velha Oxford. Ou haveria, além da alegada busca de clareza, um compromisso dessa “tradição analítica” em citar apenas os autores tradicionais, desprezando ao máximo a literatura secundária? Ocorre que os inevitáveis clássicos viveram na Inglaterra e Áustria, sobretudo, e não escreveram em português, pode-se replicar. Teríamos que ir além dos limites de uma resenha e criticar não só a obra enfocada, mas também a **coisa** de que ela trata. E a conversa não iria muito longe, pois o que se passa na filosofia analítica é o drama da filosofia acadêmica em geral, que é eurocêntrica, logocêntrica e, no caso da análise anglo-saxã, **excêntrica**. O último qualificativo tem apenas o sentido não-geográfico de refinada, comedida e diferente da moda. Ora, frases típicas da filosofia analítica [da linguagem(ordinária)], como “The cat is on the mat” têm um charme que sua tradução, “O gato está no capacho”, não mantém. E nem mesmo se inovássemos, mantendo a rima, com “O gato está no mato”.

Ora, tais peculiaridades são todavia, enganosas e, certamente, a obra aqui resenhada não colabora com esse estereótipo. Pelo contrário, adianto que a leitura da coletânea concorrerá para os efeitos que o evento visava e que, certamente atingiu, a saber, difusão da filosofia analítica e promoção do debate crítico que ela tem como ofício. A organizadora do volume está confiante nas perspectivas que se abrem para essa forma de filosofar: “parece ser, hoje em dia, a mais promissora.”(p.8) Quero crer que essa iniciativa acadêmica e, agora, editorial pode também ajudar a corrigir uma imagem até certo ponto caricata defendida por alguns intelectuais, especialmente dentre aqueles envolvidos com a dita prática. Por exemplo, alguns “agentes sociais”, que ficam sempre à espera de uma filosofia para “aplicar”, logo se decepcionam com a aparente vacuidade de análises de frases insossas ou com o ceticismo que em geral fornece a moldura e o pressuposto da busca de clareza conceitual. O cético, pouco propenso ao proselitismo, não lamentaria esse desfalque potencial, pois certas categorias profissionais, que alimentam ilusões auto-impostas e

conseguem prosseguir sua tarefa recortando a realidade com uma faca cega, não têm salvação. Também a outra análise, a psica, foi olhada de soslaio pelos velhos bolcheviques. Hoje um psicanalista diria que um revolucionário poderia passar pelo divã da análise e, apesar dela, fazer a revolução. E, quem sabe, por causa da análise, faria uma revolução melhor.

Ficando hoje só com as armas da crítica, os estudantes e estudiosos, ganhariam muito com uma temporada de dieta analítica, sem a saída pela tangente daqueles que acham possível compreender os “ranços positivistas” de Popper, por exemplo, apenas a partir da leitura de seus adversários. Uma reconstrução do veio analítico, que no caso de Habermas redundou no resgate de rudimentos da pragmática, levará qualquer um a fazer alguma concessão às bases empíricas e positivistas da ciência. Afinal, como defende o laborioso Leônidas Hegenberg, “cientistas, somos todos positivistas”, por imposição dos fatos. Assim também, no limite, “toda filosofia é ‘crítica da linguagem’”, conforme Wittgenstein, citado por João Paulo Monteiro (p.86).

Ainda supondo certo público leitor meio recalcitrante e mudando um pouco a abordagem, pergunto se um cientista ou candidato a profissional de nível superior pode fugir do debate metodológico. Há um artigo, escrito por Karl Acham, que se situa naquele ponto de encontro da filosofia analítica com a metodologia e a história da ciência, a propósito das relações entre filosofia social e ciências sociais. Esse artigo é uma amostra de como a tradição analítica não está necessariamente atrelada ao deplorado positivismo, nem ao estreito cientificismo. O autor expõe diversas “visões” do escopo do pensamento social, da causalidade social, da natureza humana e do método sociocientífico. Aí aparecem problemas como da oposição entre holismo e individualismo, entre pensamento nomotético e idiográfico, entre necessidade e acaso etc. “Visão” é entendida, seguindo definição de Schumpeter, como “ato pré-analítico cognitivo”(p.208), ou seja, é uma alternativa pré-científica de análise da história das idéias e do método no campo social, que se diferenciam dos esquemas formalmente mais desenvolvidos, como as teorias e os paradigmas. O autor questiona o suposto progresso que consistiu em racionalizar esses pontos de vista pré-rationais. Precisamos temer que a implacável racionalização venha inibir qualquer chance de filosofia social? Ele acha que não. Não poderemos avançar sem nossas “visões e tendências ideológicas controvertidas”(p. 228) O roteiro de Karl Acham não é muito convencional, incluindo, por exemplo, os heróis da ciência Le Play e Claude Bernard. Le Play tinha uma “concepção

mineralógica da sociedade”, pois ele passou a aplicar ao estudo das famílias o método **monográfico**, que ele antes aplicara ao estudo dos minerais. Assim como Bernard e Max Weber, Le Play tinha uma “orientação antagônica a toda abordagem na ciência que se baseia totalmente em estatística. Todos os três queixaram-se de que ela abstrai da individualidade real, deixando sem sentido as proporções, quando está em questão a solução de casos particulares.” Quando o estatístico diz ao médico que 80% dos doentes sob tal terapia vão se recuperar, interessa ao paciente perguntar: “E eu, vou sobreviver?”(p.218)

Pelos menos em alguns casos, redime-se a filosofia analítica ou, para personalizar a questão, o compromisso (social) daqueles filósofos que se dispõem a “mostrar à mosca a saída da garrafa” . Como podemos buscar tarefa mais relevante que cuidar da sobrevivência? A sobrevivência de um sujeito individual concreto (aliás um “SUREX”, “sujeito realmente existente”, p. 69) entre outros sujeitos e, simetricamente, a sobrevivência do discurso e da prática de uma filosofia social. No fim das contas, é a **vida** que interessa, mesmo para a filosofia analítica, que, às vezes parece muito descolada da “realidade”. O empirismo, de onde vem grande parte dessa tradição filosófica, considera a experiência como fonte e metro do conhecimento, experiência que inclui a interpretação. João Paulo Monteiro, em seu artigo a propósito de “Strawson e a causação visível”, onde Hume é o contraponto, conclui que “para a causação não há qualquer estrada real: as descobertas causais que estão comumente ao nosso alcance não derivam de nenhum misterioso poder de apreensão imediata de que seríamos detentores. Ela faz sempre parte, em todos os casos, de um amplo sistema de interpretação construído mediante a busca de boas razões, a partir da experiência repetida e regular”(p. 83).

Não é por acaso que o filósofo analítico parece sempre chamar a atenção da filosofia, para que ela “caia na real”; esse estado de alerta é deliberadamente o oposto do “sono dogmático”. É que o cético, como diria Danilo Marcondes, “é o filósofo cuja reflexão completou o círculo e que chegou a descobrir o caminho de volta à vida comum”(p.33) Todavia, o ceticismo **não** pode ser vivido, pois “a filosofia, no sentido cético e no wittgensteiniano, não é para ser vivida; ela apenas nos prepara para viver a própria vida.”(p. 33) Assim, pelo menos na leitura de Danilo Marcondes, que propõe uma interpretação do ceticismo de Wittgenstein que o aproxima mais do ceticismo antigo, que do moderno (p.18), temos uma boa discussão do próprio conceito de filosofia e, ao que parece, uma nova maneira de encarar a tão anunciada **Aufhebung** da filosofia. Entretanto,

se esta resenha puxa a leitura dos artigos dessa coletânea para a experiência e a vida, é bom avisar ao leitor que tais conceitos devem ser entendidos também dentro do quadro analítico, sem os atalhos das aplicações imediatas de princípios à prática ou à vida; o percurso é sempre a análise e o debate metodológico, cheios de sutilezas e referências teóricas.

O último artigo da coletânea é um exemplo de leitura exigente em pré-requisitos. Maria C. M de Carvalho contrapõe o argumento da generalização ao princípio da equidade, ao avaliar a ética de Marcus G. Singer. O texto, que é parte de pesquisa mais ampla sobre utilitarismo, é rico em notas explicativas bem oportunas. A questão de fundo é a velha discussão da justificação das regras, que em alguns momentos da argumentação se apresenta invertida como a violabilidade das normas morais. Por exemplo, se um cidadão se recusa a votar, a justiça eleitoral, em defesa do exercício da democracia, pode ponderar, como fazem os burocratas: “o que aconteceria se todos fizessem o mesmo?” (p.233). Do outro lado do balcão da repartição pública, o cidadão pode alegar que, na verdade, nem todos o fazem. A partir daí, o argumento do “conseqüencialismo” é avaliado em suas limitações, bem como nas circunstâncias em que pode ser válido. O exemplo da autora, ou aproveitado por ela, do cidadão que se abstém de votar não é tão aleatório. Afinal a filosofia analítica não vai à rua (e ao acelerador de partículas) apenas buscar no cotidiano frases para analisar; como “aqui está um copo d’água” ou “um elétron passou por aqui”. Pelo menos alguns filósofos estão falando de compromissos morais, que tem às vezes o peso da sobrevivência da democracia. E numa sociedade urbano-industrial, não se pode mais apelar para o castigo divino para aqueles que não votem. Temos que nos virar para entender o que significa o que dizemos e para justificar as regras que nós nos impomos a nós mesmos.